

**A. I. Nº** - 299131.0310/08-5  
**AUTUADO** - VALE DAS PALMEIRAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA.  
**AUTUANTE** - LUIZ MORAES DE ALMEIDA JUNIOR  
**ORIGEM** - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS  
**INTERNET** - 29.09.09

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0329-04/09**

**EMENTA: ICMS. 1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. Refeitos os cálculos com redução do valor original exigido, tendo o autuado parcelado o valor remanescente. Infração parcialmente caracterizada. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. **a)** MERCADORIA SUJEITA À TRIBUTAÇÃO. **b)** MERCADORIA NÃO SUJEITA À TRIBUTAÇÃO. Infrações reconhecidas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 15/12/2008, para constituir o crédito tributário no valor histórico de R\$119.496,33, em razão de:

1- Falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$113.719,91, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.

2- Multa no valor de R\$2.875,64 por ter dado entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

3- Multa no valor de R\$2.900,78 por ter dado entrada no estabelecimento de mercadorias não sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

O autuado em sua defesa, folhas 261 e 262, impugna parcialmente o lançamento fiscal, apenas em relação à infração 01, alegando que se trata de arrendamento mercantil e bens usados, não sendo passível de autuação, respaldado na legislação em vigor, art. 7º, inciso II, III, “A” e “B” e inciso IV do RICMS, Decreto nº 6.284/97, Alteração nº 112, Decreto nº 11.396/08.

Discorre sobre os documentos comprobatórios referente às Notas Fiscais nºs 233087, 804978, 804977 que permitem a revisão do Auto de Infração a seu favor, pois são bens adquiridos em regime de arrendamento mercantil.

Ao final, requer procedência parcial do Auto de Infração.

O autuante ao prestar a informação, fls. 283 e 284, acata o pedido do autuado em face das solicitações atenderem o disposto do Regulamento do ICMS.

À fl. 285 acosta novo demonstrativo da infração 01, em substituição à existente no PAF à fl. 35, excluindo as Notas Fiscais nºs 233087, 804978, 804977, ficando o débito da Infração 01, conforme abaixo:

DATA OCORR	ICMS DEVIDO
30/01/03	120,00
30/04/03	5.885,71
30/12/03	12.152,40
31/01/04	395,00

28/02/04	950,00
31/05/05	29.925,00
30/06/05	29.925,00
30/11/05	600,00
31/12/05	1.250,00
TOTAL	81.203,11

O autuado recebeu cópia do novo demonstrativo e não se manifestou.

Às folhas 290 a 292, foi acostado extrato do Sistema Integrado de Gestão e Administração Tributária - SIGAT, constando o parcelamento no valor histórico de R\$ 86.979,53.

### VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela, para exigir imposto decorrente de 03 (três) infrações.

Na peça defensiva, o autuado reconheceu as infrações 02 e 03, tendo providenciado o parcelamento respectivo. Portanto, não existe lide em relação às referidas imputações, estando caracterizadas. Assim, a lide no caso presente encontra-se restrita, parcialmente, em relação à imputação 01, consignada no Auto de Infração, a qual passo a analisar.

Na infração 01 é imputado ao autuado a falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.

Em sua defesa o sujeito passivo questionou a inclusão no levantamento fiscal das Notas Fiscais nºs 233087, 804978, 804977, alegando que os bens foram adquiridos em regime de arrendamento mercantil, fato que foi reconhecido pelo autuante que elaborou novo demonstrativo de débito, o qual acolho integralmente, pois não é devido o recolhimento do diferencial de alíquota relativos aos referidos bens. Ressalto que o autuado recebeu cópia do novo demonstrativo não mais questionando.

Ante ao exposto, entendo que a infração 01 restou parcialmente caracterizada no valor de R\$81.203,11, conforme abaixo:

DATA OCORR	ICMS DEVIDO
30/01/03	120,00
30/04/03	5.885,71
30/12/03	12.152,40
31/01/04	395,00
28/02/04	950,00
31/05/05	29.925,00
30/06/05	29.925,00
30/11/05	600,00
31/12/05	1.250,00
TOTAL	81.203,11

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$86.979,53, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

INFRAÇÃO	MULTA DEVIDO
1	81.203,11
2	2.875,64
3	2.900,78
TOTAL	86.979,53

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **299131.0310/08-5**, lavrado contra **VALE DAS PALMEIRAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 81.203,11**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de **R\$5.776,42**, previstas no art. 42, IX e XI, da supracitada lei, e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

Esta Junta recorre, de ofício, desta decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de setembro de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

ANTÔNIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR